



MERCOSUL / SG T. Nº 1 - COMUNICAÇÕES / ATA Nº 2/2002

XXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 1 - “COMUNICAÇÕES”

Entre os dias 28 de outubro e 01 de novembro de 2002, realizou-se na cidade de Porto Alegre, Brasil, a XXI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 1 - Comunicações, do Grupo Mercado Comum (MERCOSUL), com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. (Anexo I)

A Agenda dos temas tratados consta do Anexo II.

Documentos elevados:

1. Plano de Trabalho 2003

2. Se eleva para conhecimento e divulgação pelo GMC o documento “Estudo sobre o estabelecimento de um Mercado Único de Serviços Postais na Região do Mercosul”.

O SGT1 solicita ao GMC que agende, dentro da programação da próxima Reunião de Chefes de Estado, a realização de cerimônia para o lançamento do Selo com temática Comum MERCOSUL, de acordo com as disposições contidas na Resolução GMC-04/02.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

1. ABERTURA DA REUNIÃO

A abertura da XXI Reunião Ordinária do SGT.1 foi presidida pelo Sr. José Eduardo Moreira, Coordenador Nacional do SGT.1 “Comunicações” do Brasil, que deu as boas vindas aos delegados dos quatro Estados-Parte e discorreu sobre a manutenção da importância do Mercosul no contexto regional, diante da nova Administração Federal no país.

2. INSTALAÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

A seguir as Comissões Temáticas deram início aos seus trabalhos, em reuniões paralelas, com a análise e aprovação das Agendas previamente propostas. Os resultados dessas reuniões, registrados em Atas, foram encaminhadas ao grupo de Coordenadores Nacionais do SGT. 1 para apreciação e aprovação.

3. REUNIÃO DOS COORDENADORES NACIONAIS

A Reunião dos Coordenadores Nacionais foi aberta pelo Sr. José Eduardo Moreira no dia 31 de outubro.



A Agenda da Reunião foi aprovada com alterações, como consta no Anexo II. Passou-se então a discorrer sobre os itens da Agenda.

4. CONSIDERAÇÕES DAS ATAS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

4.1 COMISSÃO TEMÁTICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES

4.1.1 Análises e Discussão dos Temas

Conforme já acordado no SGT-1, a administração do Brasil reitera que os Estados-Parte estudem formas de atuação em Foros Internacionais como Citel, UIT e outros, tendo como objetivo a atuação em bloco do Mercosul, nas tratativas de questões discutidas nestes Foros.

Os Estados-Parte acordaram que na próxima Reunião buscarão definir estratégias de atuação do Mercosul nos fóruns internacionais, tais como trocas de informações, propostas conjuntas etc.

A administração do Brasil, conforme acordado na XX Reunião do SGTN⁰¹, propôs a participação efetiva dos Estados-Parte no acompanhamento na **ITU -D, da Questão 6/1- Interconexão**. O Brasil enviará até 12 de novembro os documentos bem como o plano de trabalho relativo a esta questão. As contribuições deverão estar disponíveis antes das reuniões previstas no âmbito da UIT-D.

Na próxima reunião da Comissão Temática, os Estados-Parte examinarão os regulamentos de Interconexão aprovados nos países quanto aos aspectos regulatórios, técnicos e econômicos, destacando-se os pontos comuns e pontos divergentes, dúvidas mais importantes com objetivo de compilar documento comum Mercosul.

Conforme acordado na última reunião, a administração brasileira ficou encarregada de elaborar um ante-projeto de texto de ARM – Mercosul para exame dos Estados-Parte, mas dada a importância do tema e a necessidade de um respaldo oficial dos países envolvidos, a administração brasileira apresentou proposta de Resolução a ser submetida ao GMC onde estão alinhados os princípios básicos e diretrizes que visam impulsionar o desenvolvimento técnico do ARM-Mercosul em bases homogêneas e alinhadas aos interesses e necessidades dos Estados-Parte.

A Administração do Paraguai considera que os pontos contidos no documento apresentado pela administração brasileira já se encontram contemplados na Ata da XIX Reunião da CTSP.

Não obstante as delegações da Argentina, Paraguai e Uruguai, atendendo a intenção da Administração brasileira de consolidar um respaldo oficial dos países envolvidos no ARM, propõem que o documento apresentado seja analisado para a próxima reunião, sem prejuízo do prosseguimento da elaboração de um ante projeto do texto do ARM, sob responsabilidade da administração brasileira, conforme disposto na última reunião.



A Administração do Brasil remeterá às demais administrações o ante-projeto do ARM até 30/1/2003, para análise e comentários, com a intenção de consolidar e acordar o mesmo antes da próxima reunião da CTSP.

As delegações de Argentina e Uruguai entendem que é conveniente não se referenciar o documento apresentado pelo Brasil somente na fase I do ARM/CITEL, tal como de indica o artigo 2, e sim elaborar o ARM completo como indica as instruções do SGT-1. A Administração da Argentina informou que na próxima reunião da CCP.I da CITEL a ser realizada de 4/11 a 8/11 comunicará sua intenção de ingresso na fase I do ARM/CITEL em junho de 2003.

4.1.2 Outros Assuntos

Com referência ao acordado no item 3.3.5 da Ata da XIX Reunião da CTSP, a Administração da Argentina solicita às Administrações as informações referidas naquela Ata junto aos seus operadores. O Brasil, Paraguai e Uruguai informaram que este tema está evoluindo internamente, esperando trazer mais informações para a próxima reunião.

4.2 COMISSÃO TEMÁTICA DE RADIOCOMUNICAÇÕES

4.2.1 Coordenação de Frequências de Estações do Serviço Fixo Terrestre

A Argentina informou como as demais administrações poderão acessar as informações de registro de suas estações do serviço fixo que operam em frequências superiores a 1000 MHz, que poderá ser efetuada por dois processos:

- a) Mediante informação contida na página institucional da CNC na Internet;
- b) A pedido das administrações por e-mail.

A Argentina sugeriu que fosse utilizado um procedimento alternativo para a coordenação de enlaces ponto-a-ponto, que consiste na consulta à base de dados dos Estados-Parte para a verificação da existência e das características técnicas das estações situadas na faixa de fronteira, com o intuito de que sejam observados os valores de referência, para evitar possíveis interferências.

A Argentina apresentará uma proposta formal de sua sugestão para análise das demais administrações.

O Brasil lembrou que na XVI Reunião realizada em Florianópolis foi feita uma rápida demonstração da utilização do Sistema Administrativo de Registro de Radiofrequências (SITAR) para as delegações presentes. Nessa apresentação foram mostradas as diversas telas de consulta de seu sistema, com o objetivo de disponibilizar, como sugerido na XV Reunião da CTRc, por meio eletrônico, acesso ao cadastro de dados de suas estações de radiocomunicação. A solicitação de autorização de acesso remoto ao sistema deverá ser feita por meio do endereço eletrônico ctrc.mercosul@anatel.gov.br, contendo nome do Usuário, nome da empresa, função na empresa e documento de identidade.

O Paraguai esclareceu que poderá fornecer as informações mediante solicitação por e-mail por não dispor, no momento, da possibilidade de acesso on-line para pesquisa pelos outros Estados-Parte.



4.2.2 Pcs - Manual de Procedimento de Coordenação de Freqüências na Faixa de 1710 a 1990 Mhz

O Brasil propôs que na próxima reunião seja realizada uma apresentação sobre o uso das faixas de 1800 MHz e 1900 MHz em cada país, solicitando que as administrações tragam as informações pertinentes inclusive quanto às destinações para IMT-2000.

Foram apresentados pelo Brasil e pelo Uruguai (por e-mail) versões do Manual de Procedimento de Coordenação de Radiofreqüência na Faixa de 1710 MHz a 1990 MHz, em português e espanhol.

As versões foram analisadas havendo necessidade de esclarecimentos adicionais por parte do Uruguai no que se refere à inclusão de uma nova subfaixa de radiofreqüência sugerida (2100 a 2200 MHz). Foi acordado que as administrações realizem uma nova revisão do manual e apresentem sugestões que possam contribuir para o aprimoramento do mesmo.

O Paraguai apresentou a relação parcial de estações que operam na faixa de freqüências de 1710 a 2200 MHz para serem incluídas no anexo A do referido Manual.

Argentina expressou que analisado o último ante-projeto do Manual de Coordenação apresentado na XX Reunião da CTRc, observou dificuldades para considerar a faixa de 1910 a 1930 MHz e manifestou a intenção, pelo menos em uma primeira etapa, de não considerá-la no presente manual. Mas, ao tomar conhecimento da atribuição do Brasil da subfaixa 1920 a 1975 MHz para IMT-2000 deve examinar novamente a situação. Por sua vez, manifesta os inconvenientes que se apresentam para confeccionar manuais de coordenação de faixas de freqüências, quando elas são atribuídas pelo países a diferentes serviços, propondo que sejam adotados esforços que permitam harmonizar as atribuições de faixas de freqüências com trabalhos prévios tais como se desenvolvem nesta Comissão Temática.

4.2.3 Autorização de Uso Temporário de Freqüências

O Brasil solicitou que o tema seja agendado para a próxima reunião, ficando registrado o interesse em desenvolver um procedimento uniforme no âmbito do Mercosul.

4.2.4 Outros Assuntos:

4.2.4.1 Freqüências para Transportistas:

A Argentina, Brasil e Uruguai apresentaram documentos informando a quantidade de estações que operam nas radiofreqüências, na faixa de HF, estabelecidas para uso comum no âmbito do Mercosul por empresas de transporte rodoviário.

A Argentina apresentou, a título de informação, documento tratando do protocolo adicional ao acordo de complementação econômica entre a República da Argentina e a República do Chile, para reconhecimento mútuo de licenças, permissões ou autorizações de estações de radiocomunicações para uso compartilhado por empresas de transporte rodoviário internacional que opera na faixa de HF.



4.2.4.2 Freqüências para Uso Comum pela Forças de Segurança e Policiais em Zona de Fronteira:

A CTRc necessita de mais detalhes para atender à solicitação de radiofreqüências para uso comum por parte de forças de segurança e policiais do Mercosul. A Argentina, como coordenadora do assunto, se encarregará de obter informações adicionais que possibilitem a definição das necessidades pertinentes.

4.2.4.3 Coordenação de Estações Terrenas e Terrestres – Anexo F:

O Brasil fez entrega às demais administrações de CD-ROM contendo arquivo eletrônico com a lista de estações consideradas coordenadas, conforme previsto nos itens 2.7.1 e 3.6 do Manual de Procedimento de Coordenação de Freqüências para Estações Terrenas e Terrestres.

As administrações verificarão o conteúdo do arquivo eletrônico com o objetivo de conferir os dados informados anteriormente, bem como o procedimento para considerar o arquivo eletrônico como um documento formal para o Mercosul, face à dificuldade prática do manuseio da lista impressa de volume excessivo.

4.3 COMISSÃO TEMÁTICA DE RADIODIFUSÃO

4.3.1 MMDS

Intercâmbio de informações referentes ao canal de retorno na Faixa de 2500-2686 MHz, e coordenação de estações.

A Administração brasileira apresentou documento informativo, contendo relato de como a tecnologia MMDS está sendo utilizada no Brasil. Esclareceu que foi feita a destinação da faixa de freqüências de 2.170 MHz a 2.182 MHz para uso como canal de retorno do MMDS, portanto fora da faixa principal do Serviço. Até o momento o canal de retorno está sendo utilizado somente como suporte para o provimento do Serviço Internet, tratado como serviço de valor adicionado.

A Administração uruguaia questionou se o Brasil pensa em utilizar o canal de retorno dentro da própria banda do serviço de MMDS. A administração brasileira esclareceu que não, pelo menos nesse momento, quando a maioria das operações são analógicas.

Foi verificada a necessidade de reavaliação do acordo de MMDS do Mercosul, em função do estabelecimento do canal de retorno e da digitalização dos sistemas.



No Paraguai o canal de retorno encontra-se na faixa de 2.150 a 2.162 (também fora da faixa de MMDS). As empresas seguem prestando o serviço de televisão por assinatura e transmissão de dados.

As Administrações argentina e uruguaia informaram que ainda não utilizam o canal de retorno do MMDS.

A Administração argentina esclareceu que naquele país a única possibilidade até o momento para o estabelecimento do canal de retorno, é que a frequência do mesmo esteja dentro da faixa principal do MMDS. Entende desta forma que haveria a necessidade de se proceder uma revisão no acordo de MMDS para a coordenação de canais.

O Uruguai, para tentar solucionar o problema de coordenação, sugeriu que seja adotada além da polarização, a decalagem, no que a Argentina discordou, alegando que em geral é difícil sua implementação na prática.

Ficou acertado que cada um dos países proporia uma minuta preliminar de atualização do convênio de MMDS. Esta minuta deverá prever a digitalização dos sistemas, metodologia para coordenação do canal de retorno e método de cálculo que envolva atenuação por obstáculo.

A Administração argentina apresentou, como contribuição, a metodologia de cálculo de sinal protegido e interferente para sistemas de radiocomunicações acima de 1000 MHz, utilizada naquele país.

4.3.2 RSD

Intercâmbio de informações sobre a evolução dos critérios de planificação para frequências abaixo de 30 MHz.

A Administração brasileira apresentou documento informativo acerca das reuniões do Grupo Tarefa TG 6/7 (Radiodifusão Sonora Digital para Frequências Abaixo de 30 MHz), e do Grupo de Trabalho WP 6E, do UIT-R, ocorridas em Genebra, Suíça, no mês de setembro de 2002. Esta foi a última reunião do TG 6/7, que resultou na proposta de uma recomendação sobre os critérios de planejamento a serem adotados para radiodifusão sonora digital.

4.3.3 TV

4.3.3.1 Conclusão das análises dos parâmetros técnicos para coordenação de canais na faixa de UHF. Estudo da forma de implementação do Marco Regulatório.



O Brasil apresentou uma primeira minuta de texto para o Marco Regulatório do Serviço de Televisão em UHF, bem como da proposta de Norma Técnica do Serviço, atendendo ao disposto no Plano de Trabalho de 2002, que lhe atribui a coordenação do assunto. Tal proposta teve por modelo os acordos já firmados entre as administrações.

A referida proposta deverá ser analisada pelas administrações para que sejam apresentadas sugestões na próxima reunião desta comissão temática.

Foi abordada a conveniência do início dos cálculos de viabilidade, uma vez que os parâmetros técnicos mínimos para coordenação já se encontram definidos. Entretanto, tais cálculos só podem ser iniciados mediante a apresentação da listagem de estações que operam em UHF nos países envolvidos.

Assim, ficou acordado que todas as administrações apresentarão suas listas na próxima reunião, e havendo possibilidade, o farão 30 dias antes deste prazo.

4.3.3.2 Intercâmbio sobre a evolução da TVD

A Fundação CPqD de Campinas fez uma apresentação, sobre os critérios técnicos usados no planejamento da canalização digital na transmissão terrestre de televisão, conforme solicitado pela Administração uruguaia.

O Brasil apresentou documento informativo que trata da Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil, aprovada pelo Presidente da República em 11 de setembro de 2002. Este documento contém as finalidades e as condições para implantação da TV digital no Brasil, norteadas a escolha do padrão de TVD a ser adotado.

A Administração argentina lembrou que o processo de migração da TV analógica para a TVD deverá ser paulatino, questionando se no Brasil já existe previsão quanto ao prazo de transição a ser estabelecido. A administração brasileira informou que não existe definição sobre a duração deste período mas que os estudos realizados até o presente momento indicam que não deverá ser inferior à 10 (dez) anos.

A Administração brasileira teceu comentários sobre o processo de planejamento e informou sobre a conclusão deste para as localidades brasileiras onde existe pelo menos uma geradora de TV. Os critérios sobre esse trabalho de planejamento foram objeto da apresentação feita pelo CPqD. A segunda fase desse planejamento contemplará as localidades com mais de 100 mil habitantes que possuam retransmissoras de TV em funcionamento.



A Administração argentina informou que continuam sendo feitos testes sobre TV Digital nos padrões americano e europeu, por parte de permissionários de televisão analógica, autorizados para tal fim. Informou ainda que acompanha com interesse a definição do modelo a ser adotado no Brasil.

A Administração uruguaia comentou sobre a realização de testes com o sistema europeu de TV Digital, que vêm sendo realizados por um “operador” de TV por assinatura em UHF.

4.3.4. AM

Resultados de coordenação de estações

A Administração argentina reiterou à Administração uruguaia a solicitação de análise sobre o aumento de 3 dB na potência de operação das estações da cidade de Buenos Aires apresentada em reuniões anteriores desta comissão.

4.3.5. FM

Resultados de coordenação de estações.

A Administração uruguaia manifestou à Administração argentina sua inquietude com relação à possível autorização, na cidade de Buenos Aires, de um canal não coordenado entre ambas as administrações. Trata-se do canal 295, frequência 106,9 MHz.

Sobre o assunto, a Administração argentina informou à Administração uruguaia que a Comissão Nacional de Comunicações não tem conhecimento sobre a decisão do Comitê Federal de Radiodifusão, na qualidade de autoridade na aplicação da Lei de radiodifusão, tenha concedido qualquer licença para instalação, funcionamento ou exploração de uma estação de FM nesta frequência.

4.4 COMISSÃO TEMÁTICA DE ASSUNTOS POSTAIS

4.4.1 Recomendações ao SGT N° 1

A CTAP recomenda ao SGT 1 que, em razão da importância que representa para a atividade de filatelia e o Setor Postal da Região, o lançamento de Selo com Temática Comum MERCOSUL seja realizado durante a próxima reunião dos Chefes de Estados, de acordo com as disposições contidas na Resolução GMC-04/02.

Propõe que seja levada ao conhecimento do GMC a conclusão do “Estudo Sobre o Estabelecimento de um Mercado Único de Serviços Postais na Região do MERCOSUL”, que contém informações sobre a atividade postal desenvolvida nos quatro países,



devendo-se arbitrar as medidas pertinentes para que o resultado desse trabalho seja levado ao conhecimento da sociedade civil, a fim de proporcionar um amplo debate.

4.4.2 Disposições relativas ao Intercâmbio Postal entre Cidades situadas na Região de Fronteira e seu Regulamento de Execução

O intercâmbio fronteiriço entre Brasil e Argentina não foi iniciado. Em razão disso os Coordenadores Nacionais de Brasil e Argentina se comprometeram a realizar gestões em seus respectivos âmbitos para que seja cumprido o compromisso firmado anteriormente.

4.4.3. Assuntos Aduaneiros

A CTAP informou que em todos os contatos mantidos com os representantes do Comitê Técnico N.º 2 se verificou a falta de avanços na elaboração do Código Aduaneiro, motivo pelo qual se ratifica o interesse de ser consultada toda vez que se tratem temas vinculados ao setor postal.

4.4.4 Marco regulatório do setor postal do MERCOSUL

O Brasil apresentou a versão final do Estudo sobre o Estabelecimento de um Mercado Único de Serviços Postais na Região.

Concluiu-se a etapa de elaboração e se adotaram as medidas para a continuidade do trabalho, como: apresentar, anualmente, na última reunião da CTAP, a versão atualizada do Estudo; selecionar temas de maior importância para debate, a fim de avançar na harmonização de um marco regulatório comum. Para esse fim, elegeram-se dois temas que serão desenvolvidos pelo Brasil e pelo Uruguai: “Serviço Postal Universal” e “Acesso ao Mercado”, para próxima reunião.

4.4.5 Qualidade Postal

Os quatro países concordam em buscar melhores prazos para definir o padrão de intercâmbio de correspondências dentro do MERCOSUL.

Decidiu-se contatar os respectivos operadores para a identificação das causas dos problemas que ocasionam demoras; avaliar alternativas para a elaboração de um instrumento normativo que permita a determinação de padrões da qualidade postal transfronteiriça; e apresentar, na próxima reunião da CTAP, os resultados.

4.4.6. Outros Assuntos

4.4.6.1 Emissões Filatélicas com Temática Comum MERCOSUL

A Coordenação Nacional do Brasil na CTAP propôs que se recomendasse ao SGT 1 a realização de gestões no sentido de que o Selo com Temática Comum MERCOSUL, relativo ao ano de 2002, seja lançado por ocasião da próxima reunião dos Chefes de



Estado dos países membros, a ser realizada no Brasil, e que esse procedimento se repita nos demais lançamentos, haja vista os dispositivos da Resolução GMC – 04/02.

O Paraguai lembrou que o lançamento oficial dos Selos com Temática Comum MERCOSUL dos Estados-Parte deve ocorrer simultaneamente, de acordo com as disposições da Resolução supramencionada. Desta forma, recomenda-se que os operadores oficiais observem esta orientação.

4.4.6.2 Relações CTAP- OMC

Durante a realização da XIX Reunião da CTAP, representantes das empresas de serviços de entrega expressa apresentaram um documento com os pontos de coincidência e discrepância entre sua visão de classificação de serviços postais na OMC e aquelas contidas no Comunicado MERCOSUL e Bolívia enviado àquela Organização.

A Argentina elaborou uma proposta alternativa com vistas a conciliar os interesses de todas as partes, e submeteu-o aos demais membros do bloco.

O Brasil também apresentou uma proposta buscando uma alternativa possível de harmonização, focando a posição da União Européia e dos países que se manifestaram junto a OMC.

Ambos os documentos contêm aspectos similares que refletem a essência do setor postal, assim como existem outros que poderão oferecer a oportunidade de harmonização. Tentar-se-á elaborar uma só proposta para a próxima reunião.

4.4.6.3 XXIII Congresso da União Postal Universal – Abidjan, 2004

O Brasil propôs a criação de um espaço no âmbito da CTAP para a discussão de aspectos relacionados com o XXIII Congresso da UPU.

As atas das quatro Comissões Temáticas foram aprovadas.

5. CONSIDERAÇÕES DAS INSTRUÇÕES DO GMC AO SGT.1

Não houve instruções do GMC ao SGT 1.

6. DISCUSSÃO DAS LISTAS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

O Brasil informou que desde a reunião realizada em Montevideo em 2001 vem discutindo internamente a classificação dos serviços de comunicações. Informou ainda que, segundo orientações de seu Ministério das Relações Exteriores, não é necessário que, no âmbito do SGT1, os quatro Estados-Parte harmonizem suas listas em uma lista única. A orientação recebida é que cada um dos Estados-Parte adeque a sua lista ao documento W 120 da OMC.



A Argentina informou que já está em uma fase avançada de classificação de seus serviços.

O Uruguai informou que também obteve orientações de sua Chancelaria no sentido de se adaptar a sua Lista de Serviços ao documento W120 da OMC.

O Paraguai informou que tem encontrado dificuldades em harmonizar a classificação de seus serviços ao documento W120, uma vez que a caracterização de seus serviços é bastante distinta da lista proposta pela OMC.

O Brasil propôs cada país adapte sua lista à estrutura proposta pela OMC e que cada Coordenador Nacional do SGT1 encaminhe sua proposta ao Coordenador do Grupo de Serviços em seu país.

A Argentina sugeriu que cada Coordenador Nacional consulte previamente o Coordenador do Grupo de Serviços em seu país antes de remeter a referida Lista.

7. ANÁLISE DO CAPÍTULO 4 DA PROPOSTA DA UNIÃO EUROPÉIA DE 2 DE JULHO DE 2001

Tal como o Brasil, na Reunião anterior, e o Paraguai, via e-mail, a Argentina apresentou um documento contendo sua análise do Capítulo 4 do documento “EU-MERC/TRADE/W/1053” da União Européia.

No documento, em linhas gerais, é informado que o texto proposto não contradiz o disposto no Documento de Referência Anexo à Lista de Compromissos Específicos sobre Telecomunicações apresentado pela República Argentina ante a OMC – GATS/SC/4/Suppl. O documento consta como Anexo V.

Foi acordado que cada Coordenador Nacional do SGT1 encaminhe sua análise ao Coordenador do Grupo de Serviços em seu país.

8. INTERNALIZAÇÃO DAS NORMAS MERCOSUL

A Argentina apresentou um documento contendo um resumo de todas as Resoluções internalizadas desde 1993. O documento pode ser consultado no site da CNC e consta como Anexo VI a esta ata. Também informou que o Protocolo de Montevideo foi internalizado pela lei 25.263.

O Paraguai também apresentou um documento informativo sobre a situação da internalização das normas neste país. Foi informado que as normas aprovadas entre 1993 e 1997 ainda não foram internalizadas. Dentre as normas aprovadas entre 1997 e 1999, 6 encontram-se em processo de internalização. Finalmente, entre 2000 e 2002 todas as



normas foram internalizadas. O documento apresentado pelo Paraguai consta como Anexo VII.

O Brasil informou que existem 6 Resoluções pendentes de internalização. Informou também a denúncia ao “Acordo entre o Governo da República da Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas 88-108 MHz” (Acordo Tripartite de FM).

Não houve modificação no status de internalização de normas no Uruguai.

9. POSICIONAMENTO COMUM NOS DISTINTOS FOROS INTERNACIONAIS DE COMUNICAÇÕES

O Brasil propôs a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do SGT1 para a preparação dos países do Mercosul à Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações, que será realizada no Brasil em 2004. O grupo será composto de representantes dos quatro Estados-Parte e visará a harmonização das propostas dos países do Mercosul a serem apresentadas durante a AMNT-2004. O grupo se reunirá durante as reuniões periódicas do SGT-1 e conforme a necessidade da agilização dos trabalhos.

A proposta brasileira foi aceita pelos demais Estados-Parte.

Ficou acordado que cada país indicará ao Brasil seus representantes para compor o Grupo de Trabalho até o dia 01 de dezembro de 2002.

A primeira Reunião do grupo está prevista para ser realizada durante a XXII Reunião Ordinária do SGT-1 no primeiro semestre de 2003, na cidade de Assunção, Paraguai.

10. OUTROS ASSUNTOS

10.1 Com relação à solicitação do Comitê Técnico Nº 1 do Mercosul “Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias”, o Brasil apresentou um documento intitulado “Proposta para designação de Nomenclatura da TEC”.

Os demais países se comprometeram a analisar a referida proposta e enviar seus comentários à Coordenação Nacional do SGT1 – Brasil até o dia 15 de dezembro de 2002, com o objetivo de encaminhar uma proposta comum ao CT1 no prazo mais breve possível. O documento consta como Anexo VIII.

10.2 Relatório de Atividades 2002



Tendo em vista que a Comissão Temática de Serviços Públicos não apresentou seu Relatório de Atividades de 2002, o Brasil se comprometeu a cobrar do relator da CTSP o referido documento.

O Brasil se comprometeu ainda a enviar aos demais países o Relatório de Atividades do SGT1 referente ao ano de 2002, até o dia 15 de dezembro de 2002.

10.3 Plano de Trabalho 2003

O Plano de Trabalho aprovado para 2003 consta como Anexo IX.

11. LOCAL, DATA E AGENDA DA XXII REUNIÃO

Ficam agendadas a realização de três Reuniões durante o ano de 2003, nos meses de abril, agosto e novembro.

A XXII Reunião Ordinária do SGT1 será realizada na cidade de Assunção, Paraguai, estando prevista para o período de 31 de março a 04 de abril de 2003, sujeita a confirmação.

12. RELAÇÃO DE ANEXOS

- Anexo I : Lista de Participantes
- Anexo II : Agenda da XXI Reunião
- Anexo III : Agenda da Próxima Reunião do SGT.1
- Anexo IV: Documento sobre a AMNT
- Anexo V: Análise do Capítulo 4 do documento “ EU-MERC/TRADE/W/1053” de 2 de julho de 2001
- Anexo VI: Internalización de la Normativa Mercosur relativa a las Comunicaciones de la República Argentina
- Anexo VII: Informe sobre el estado de Incorporación de las Resoluciones del GMC en el Paraguay correspondientes al SGT1 - Comunicaciones
- Anexo VIII: Proposta para designação de Nomenclatura da TEC
- Anexo IX: Plano de Trabalho 2003

DANIEL CARLETTI
Pela Delegação da Argentina

JOSE EDUARDO MOREIRA
Pela Delegação do Brasil



JORGE PAVETTI
Pela Delegação do Paraguay



JUAN PIAGGIO
Pela Delegação do Uruguay



ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES

ARGENTINA

Daniel Carletti

Gerência de Relações Internacionais e Institucionais
Comisión Nacional de Comunicaciones - CNC
Perú 103 Piso 8
Buenos Aires – Argentina
TEL: +54 11 4347-9727
FAX: +54 11 4347-9546
E-MAIL: dcarletti@cnc.gov.ar

BRASIL

José Eduardo Moreira

Assessor Internacional
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
SAS, Quadra 6, Bloco “E”, 7º Andar
Brasília (DF) – Brasil
TEL: +55 61 312 2294
FAX: +55 61 312 2911
E-MAIL: edumoreira@anatel.gov.br

Andrea Grippa

Assessora Internacional
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
SAS, Quadra 6, Bloco “H”, 4º Andar
Brasília (DF) – Brasil
TEL: +55 61 312 1890
E-MAIL: agrippa@anatel.gov.br

Felix Baes de Faria

Divisão do Mercosul
Ministério das Relações Exteriores
Anexo 1 – Sala 710
Brasília (DF) – Brasil
TEL: +55 61 411 6355
FAX: +55 61 411-6095
E-MAIL: felixfaria@mre.gov.br



PARAGUAI

Jorge Pavetti

Gerente de Radiocomunicações - CONATEL
Yegros 437 y 25 de Mayo, Edif. San Rafael. Piso 19
Assunção - Paraguai
TEL: +595 21 495423
FAX: +595 21 498648
E-MAIL: gar@conatel.gov.py

URUGUAI

Juan Piaggio

Assessor da Direção - URSEC
Av. Uruguay 988
Montevideo - Uruguay
TEL: +598 2 902 8082 int. 119
FAX: +598 2 900 5708
E-MAIL: jpiaggio@ursec.gub.uy



ANEXO II

AGENDA DA XXI REUNIÃO DO SGT Nº 1

1. Abertura da Reunião.
2. Aprovação da Agenda.
3. Aprovação das Atas das Comissões Temáticas
4. Considerações sobre as instruções do GMC ao SGT Nº 1.
5. Discussão das Listas de Serviços de Telecomunicações.
6. Análise do Capítulo 4 da proposta da União Europeia de 2 de julho de 2001.
7. Internalização de Normas MERCOSUL.
8. Posicionamento Comum nos distintos foros internacionais de comunicações.
9. Outros Assuntos.
10. Agenda da próxima Reunião.



ANEXO III

AGENDA DA XXII REUNIÃO DO SGT Nº 1

1. Abertura da Reunião.
2. Aprovação da Agenda.
3. Aprovação das Atas das Comissões Temáticas
4. Considerações sobre as instruções do GMC ao SGT Nº 1.
5. Internalização de Normas MERCOSUL.
6. Posicionamento comum nos distintos foros internacionais de comunicações.
7. Outros Assuntos.
8. Agenda da próxima Reunião.